

Entre oráculos e juízes off-road

ENTREVISTA Requião alerta que o Direito tem sido corroído pela Justiça midiática

A RODRIGO MARTINS

Relator do projeto de lei que tipifica o crime de abuso de autoridade, Roberto Requião, do PMDB do Paraná, promete entregar até o dia 19 de abril o seu parecer à Comissão de Constituição e Justiça do Senado, onde o texto deverá ser votado e encaminhado para tramitação no plenário. Em entrevista a *CartaCapital*, o senador disse ter acolhido algumas sugestões do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, mas reitera as críticas aos agentes públicos que atuam à margem da lei, inclusive os magistrados. “Alguns juízes pretendem tornar-se *off-road*, ter o poder de ultrapassar pelo barranco”, critica.

CartaCapital: O senhor pode nos antecipar alguns pontos do que pretende incluir no relatório do projeto de abuso de autoridade?

Roberto Requião: Peço um pouco de paciência, vou apresentar o projeto no dia 19 de abril. Aproveitei muitas sugestões do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, principalmente em termos de redação, pois estava melhor que a minha. Estou redigindo um projeto para melhorar a operação do Direito no Brasil, sem impedir ou tolher qualquer investigação. Não tenho qualquer interesse de fazer algo contra a Lava Jato, até porque não sou investigado.

CC: Algumas propostas atendem a

históricas bandeiras do movimento de direitos humanos, como evitar a exposição do preso à execração pública ou garantir que ele possa se comunicar com seu advogado durante um depoimento. O problema é o *timing*. Qualquer mudança, nesse momento, parece uma reação da classe política ao avanço da Lava Jato.

RR: Estamos tratando de avanços civilizatórios que têm sido corrompidos por essa Justiça midiática. Há magistrados que pretendem mobilizar o Brasil contra a corrupção, mas não fazem o mesmo contra o entreguismo, contra a venda de terras a estrangeiros, em defesa do patrimônio público dilapidado.

CC: Quais os maiores problemas que justificam a edição de uma nova lei sobre abuso de autoridade?

RR: Há tempos carecemos de uma lei para coibir os abusos do guarda da esquadra, do fiscal de Renda. Não há nenhum

Relator do projeto de abuso de autoridade, o senador resiste à tese do vale-tudo no combate à corrupção



respeito às regras. Hoje temos magistrados que se portam como juízes auxiliares do Senhor, porque Deus é onipotente, não precisa de lei. Alguns juízes avocam para si esse mesmo poder. Acreditam não ser preciso haver limites para a interpretação e aplicação da lei. Quem fazia isso na Grécia antiga eram os oráculos.

CC: Hoje, um dos temas mais debatidos é o do vazamento de trechos de delações e investigações sigilosas. Como o senhor pretende equacionar esse problema no projeto?

RR: Pela atual legislação, os vazamentos são criminalizados. Por mim, toda investigação deveria ser aberta, até para garantir o pleno exercício do direito de defesa. Preciso, porém, seguir a lógica da legislação brasileira. O vazamento seletivo é uma manipulação do processo. Da

WANEZZA SOARES



"Alguns magistrados evocam para si a onipotência de Deus"

mesma forma, os grampos fora do prazo judicial e a divulgação de conteúdos alheios à investigação são absolutamente inaceitáveis. Isso diz respeito às garantias individuais do cidadão. Imagina se eu fizer uma acusação qualquer contra você e, no dia seguinte, a polícia está grampeando as suas conversas telefônicas. Mais tarde, revela que você tem um relacionamento fora do casamento.

CC: Como está a correlação de forças no Senado?

RR: Você sabe como se ganha uma eleição? Tenta colher os votos de simpatizantes, de quem concorda com suas teses, mas daqueles que odeiam o seu adversário. Esse ódio pode ser pelos defeitos de seu adversário ou pelas qualidades dele. Evidentemente, esse projeto pode ser apoiado por quem não quer ser

exposto de maneira ilegal por alguma investigação, mas por aqueles que entendem que o Direito tem limites. É como tudo na vida. Se há aqueles que acham que serão beneficiados, também há quem pense nas garantias individuais. Não existe maniqueísmo, essa história do bem contra o mal.

CC: O que se pensa em termos de punição aos agentes públicos que incorrem em abuso de autoridade?

RR: A depender da gravidade da conduta, pode render cadeia. E não pretendo manter aquele dispositivo proposto por Janot, de exigir autorização prévia para a instauração do processo ao chefe do poder. Dessa forma, um procurador só poderia ser processado com a anuência do chefe do Ministério Público Federal, por exemplo. Isso apenas reforça

o corporativismo, além de garantir a perpetuação dos chefes dos Poderes. Não pode ser assim. Dialogo com todo mundo. Conversei com Sergio Moro, com juízes, promotores e advogados do Brasil inteiro.

CC: E o que Moro lhe disse?

RR: É de conhecimento público. Quando esteve aqui, disse que o projeto é forte, ele queria apenas indulgência plenária, ser juiz auxiliar do Senhor, porque Deus, como se sabe, é onipotente (*risos*). O que essa turma pretende? Criar magistrados *off-road*, que caminham fora da estrada da lei. O automóvel tem certa autonomia, pode ultrapassar em determinados pontos, acelerar em outros, mas o seu limite é a estrada. Alguns juízes pretendem tornar-se *off-road*, ter o poder de ultrapassar pelo barranco.

CC: Em que momentos o juiz Moro saiu da estrada?

RR: Em várias situações, quando autorizou conduções coercitivas sem os pré-requisitos necessários, quando manteve investigados presos para obter delações... A lista do Fachin deixou claro que a corrupção no Brasil é sistêmica. Em algum momento, esse ciclo deveria ser interrompido. Não nego que vi com satisfação a prisão de certas figuras, mas é preciso respeitar as regras, senão você contamina o Direito. Qualquer um pode tornar-se juiz, basta fazer faculdade de Direito e prestar concurso público. Isso não o torna ungido pelo Senhor, tampouco o Oráculo de Delfos. É isso que precisa ser contido. Em muitos aspectos, o trabalho da Lava Jato foi benéfico para o País, mas não podemos admitir abusos. Até em um bordel há regras. Já imaginou se não tivesse?

CC: Muitos criticam a pressa para votar esse projeto.

RR: Se não tem clima para o projeto de abuso de autoridade, por que tem para votar terceirização, reforma trabalhista e da Previdência? Que raciocínio de mão dupla é esse? •

